

SOUZA, P. H. G. *Uma história de desigualdade: a concentração de renda entre os ricos no Brasil 1926-2013*. São Paulo: Hucitec; ANPOCS, 2018.

**Daniel Henrique da Mota Ferreira**

Doutorando em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ).  
Pesquisador do Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina (NETSAL/UERJ).

## Introdução

A expressão “somos o 99% contra o 1%”, mobilizada pelo Occupy Wall Street, tomou o mundo em uma série de contestações sociais que ocorreram na última década. Expressiu o descontentamento popular com a questão da desigualdade, que voltava ao debate político mundial. Do mesmo modo, nas Ciências Sociais, o estudo da desigualdade pelo olhar dos mais ricos, o *top income*, tonou-se célebre no *best-seller* de Thomas Piketty, *O Capital no século XXI*, estimulando debates. Na esteira dos novos estudos sobre o tema, o livro *Uma história de desigualdade*, de Pedro Souza, trouxe o estudo da concentração de renda do 1% e do 0,1% para uma análise de longa duração. Por meio de quase um século de análise, o autor procura traçar algumas hipóteses para a persistente desigualdade brasileira, trazendo luz às relações entre as transformações institucionais e as capacidades da democracia para alterar a concentração de renda.

## As teorias da desigualdade e o debate sobre desigualdade

Na primeira parte do livro, Souza intenta identificar uma relação entre o interesse político no debate sobre desigualdades e as teorias apresentadas pela academia. Seu ponto de partida é a tipologia apresentada por Daniel Canadine, que tipifica os discursos sobre desigualdade em três modelos básicos de estratificação: os modelos dicotômicos, triádicos e hierárquicos. As teorias baseadas no modelo dicotômico buscam compreender a desigualdade por meio de uma análise polarizada, em que a relação entre dois grupos sociais opostos define a concentração de renda. Elas são mais críticas sobre a realidade e, o autor acredita, estão alinhadas com momentos em que a questão da desigualdade ganha maior interesse na esfera pública. Esse teria sido o caso na aurora do capitalismo e, com as mudanças recentes na economia, teria voltado ao centro do debate nas últimas décadas.

Entre o século XIX, quando há um forte desenvolvimento do liberalismo econômico e o florescimento da crítica ao capitalismo, e os tempos atuais de retomada da crítica, houve longos períodos em que predominou uma interpretação mais branda sobre os problemas da estratificação social. Especialmente ao final do período entreguerras e no pós-guerra teria ocorrido a proliferação das narrativas benignas, divididas entre tricotômicas e hierárquicas, sendo a última marcada por uma análise em que a estratificação é gradualmente construída, devido ao prestígio das ocupações e de suas disputas, em que cargos de destaque têm maior riqueza. Como observado no segundo capítulo do livro, é nessa época que surge a famosa teoria da curva de Kuznets, segundo a qual o desenvolvimento da modernidade traria, em um primeiro momento, um aumento substancial da desigualdade, mas logo se seguiria pela sua redução, impulsionado pela realocação sociodemográfica da população. Dessa maneira, a teoria aponta para uma distribuição na forma de um “U” invertido, ocorrendo a tendência à desigualdade.

Vale ainda destacar que o sociólogo brasileiro também observou como o debate dos países centrais fincou raízes em solo pátrio. No mesmo período de 1945-1975, é possível observar como as narrativas benignas baseadas em Kuznets são mobilizadas para escudar a política econômica militar de “crescer o bolo para depois repartir”, a qual serviu para a contenção da massa salarial do empregado. Nesse aspecto, destaca-se que a teoria de Langoni amarrou a curva de Kuznets à teoria do capital humano, propondo que, conforme a educação se expandia, a mão de obra iria se qualificando e ocupando postos de trabalho que se abriam com a modernização do país. Ainda que recepcionada por forte ceticismo, essa teoria se tornou central para pensar a desigualdade no Brasil no pós-democracia devido à sua elegância.

No capítulo 3, o autor discorre sobre a retomada das abordagens dicotômicas no contexto de aumento das desigualdades. Entretanto, observa que elas se afastam das que antes existiam por dar menos ênfase nas disputas entre classes, uma vez que estas, por seu enfoque ocupacional, teriam dificuldades em perceber e analisar o aumento da concentração de renda nos estratos mais altos, algo que apenas a abordagem dos *top incomes* teria permitido. É nesse ponto que se dá a importância da sua obra, pois esta participa do esforço de contribuir ao debate por meio de novos métodos econométricos, mas trazendo à economia o olhar sociológico sobre os impactos das instituições, destacando como as mudanças histórico-políticas impactaram na desigualdade. Nesse capítulo, também é apresentado o debate sobre as origens da desigualdade na América Latina, cuja ênfase fica por conta do revisionismo histórico de Williamson, para quem a especificidade do caso latino-americano não estava em sua origem, mas sim no século XX. Nesse século, teria ocorrido “o grande nivelamento” nas condições de igualdade no Norte, tendo ficado a América Latina de fora.

### A desigualdade no Brasil e a hipótese Jencks-Piketty

Na segunda parte da obra, o autor procura responder a três questões que surgiram da discussão literária abordada na primeira parte, ainda que os argumentos centrais dessa parte sejam pouco relevantes para a segunda. Em primeiro lugar, ele refuta as narrativas mais benignas baseadas na curva de Kuznets. Em segundo lugar, explora a relação entre mudanças institucionais e aumento da desigualdade, com ênfase na relação entre mudanças de regimes e concentração de renda. Já sua terceira questão leva em conta se Williamson estaria certo e se as diferenças do Brasil em relação aos demais países se daria pela ausência do “grande nivelamento”.

Para solucionar essas questões, o autor dedica o capítulo IV a explicitar a metodologia empregada, trazendo tanto o recorte do objeto como as fontes de onde foram extraídos os dados e as fórmulas matemáticas que permitiram seu devido tratamento. No caso, o objeto, como já exposto, é a mensuração da fração da renda total recebida pelos mais ricos da

sociedade brasileira, observando, principalmente, os estratos correspondentes ao centésimo (1%). Para tanto, os dados de renda são fundamentais, e a maneira encontrada para observá-los de maneira mais completa foi por meio dos dados de Imposto de Renda da Pessoa Física. Até então, grande parte dos dados sobre renda eram calculados tendo por base a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). No entanto, a PNAD não tem um alcance temporal e há maior imprecisão no rendimento dos mais ricos.

O Imposto de Renda, por outro lado, existe no país desde os anos 1920. Ainda assim, como o próprio autor salientou, há momentos em que não há dados e nem todos os períodos têm a mesma qualidade e clareza de informações. Logo, imputações e interpolações foram necessárias. Para a imputação da renda no período anterior a 1974, por exemplo, o nível de renda foi definido pela diferença média verificada em 1974-1979, entre a fração dos rendimentos totais e a fração considerando apenas os rendimentos brutos tributáveis. A tendência ao crescimento ou à redução da concentração acompanha os rendimentos tributáveis e, portanto, pode ser considerada como válida para efeitos da interpretação geral no período. O método, assim, é bastante confiável, e a advertência ocorre apenas para não fetichizar os números encontrados.

O capítulo 5 parte para a análise empírica dos dados, procurando responder às hipóteses já mencionadas. Em primeiro lugar, contra as interpretações benignas de Kuznets, os dados mostram que a concentração de renda no topo se manteve entre 20 e 25% durante todo o período estudado. A concentração é a maior de todos os países estudados, demonstrando que não é crível considerar que o mero desenvolvimento econômico poderia suplantiar as desigualdades. Há, porém, significativas variações na concentração do topo, em média ficando entre 20 e 25%, mas com períodos mais baixos, inclusive.

Os dados são um banho de água fria para quem estava otimista com as relações entre a democracia e a redução da desigualdade. Ao retificar a PNAD com seus estudos tributários, foi possível perceber que o Índice de Gini teve queda acentuada do final dos anos 1990 até 2006, entretanto, após esse período, estancou. Entre as hipóteses arroladas para tal conjuntura, está que a maior inserção da mulher no mercado de trabalho, aliada à ampliação das políticas sociais, pode ser o fator crucial na redução. Todavia, a partir dos anos 2000, com a já alta inserção das mulheres, o efeito das políticas públicas pode ter sido tímido em comparação com a concentração da renda no topo, afetando, assim, a análise.

As variações da concentração da renda no período estudado ajudam a pensar na segunda questão de Pedro Souza, qual seja os efeitos das mudanças institucionais na concentração da renda. Os dados são bastante convincentes em expor que nos períodos ditatoriais a concentração da renda foi maior no país. O autor da tese, porém, faz ressalvas, em especial ao aumento da concentração no período compreendido entre o Estado Novo e o fim da

ditadura varguista. De acordo com Souza, o motivo para essa concentração pode estar ligado aos impactos da segunda guerra mundial na economia e às condições excepcionais que isso acarretou para o planejamento econômico. Também, durante a democracia, como já apontado, a consolidação e a expansão dos direitos sociais não parecem ter alterado a concentração no topo.

Quanto à terceira hipótese, o sociólogo observa que já havia uma desigualdade maior no Brasil e houve um “mininivelamento” econômico durante os anos dourados do desenvolvimentismo que só foi revertido com a ditadura militar. Assim, a hipótese de Williamson é só parcialmente correta.

Para além das três questões, o autor propôs no capítulo que os dados corroboram outra hipótese, alcunhada de Jencks-Piketty, em homenagem aos economistas Christopher Jencks e Thomas Piketty. Mesmo tendo escrito seus trabalhos em épocas distintas, ambos teriam acenado que as mudanças no nível de concentração de renda seriam causadas por choques agudos no sistema, quer seja devido a crises econômicas ou políticas causadas por fatores externos ou internos ao país. Além de validar as mudanças de regimes ou as variações durante a segunda guerra mundial, a hipótese também é plausível para pensar os dados da democracia, uma vez que, em seu jogo institucional, as possibilidades de mudança social brusca ficam emperradas pelo poder dos diferentes setores que compõem o 1% de exercerem pressão no sistema político para evitar sua alteração.

Valendo-se dos dados já apresentados, o capítulo 6 retoma a história do Brasil por meio de uma revisão com base na literatura consagrada para cotejar alguns períodos-chave de sua interpretação. A análise enriquece os dados e dá substrato à hipótese Jencks-Piketty. Assim, o caráter inercial da concentração de renda é explicado pelas dificuldades em modificar os arranjos político-institucionais nos períodos democráticos e pela repressão às lutas sociais no período ditatorial, sem real contrapartida em termos de políticas de transferência. No período mais recente de consolidação da democracia brasileira, é possível perceber que houve maior inclusão dos estratos mais pobres sem ocorrer redistribuição, o que corrobora análises do governo do Partido dos Trabalhadores (PT) como de um reformismo brando, cuja governabilidade foi garantida na medida em que conseguiu compactuar com os diferentes setores do 1%. Isso implica um prognóstico pessimista sobre os meios de modificar a iniquidade econômica.

## Considerações finais

O livro de Souza é um trabalho impecável e pioneiro no tratamento dos dados sem, no entanto, descuidar da parte interpretativa. Essa proeza rara, aliada a uma escrita primorosa, é um dos elementos que lhe renderam vários prêmios.

Dito isso, há certo desnível entre a porção especulativa e a análise dos dados. Ocorre que a principal interpretação, a hipótese Jencks-Piketty, não diz muito sobre como o 1% atuou para manter a concentração ou expandi-la. Para o problema da democracia, poderia ser interessante pensar como tal concentração se liga à instabilidade política, abrindo espaço para ações coletivas contra o sistema.

Por outro lado, também, por mais que o autor tenha demonstrado bons motivos para não usar os conceitos de classe, falta compreender melhor quem é e o que representa essa fração mais rica, e como ela atua por dentro do Estado para evitar a redistribuição de renda e ampliar a riqueza. Sem esse mecanismo fica difícil compreender se a democracia brasileira está hoje em crise em razão do aumento da desigualdade ou se a democracia liberal, na verdade, tem seu efeito inverso ao estrangular as possibilidades de redistribuição de poder. Essa visão está mais em acordo com os protestos contra o 1% que vêm buscando colocar o ideal democrático contra o interesse dos grupos privilegiados, levando a massivos protestos globais.

Nesse sentido, vale notar que na tradição marxista há um longo interesse nas discussões sobre a relação de como as classes capitalistas buscam se reproduzir com base no Estado, mesmo que dele não participem diretamente. Dessa maneira, a pouca atenção a essa literatura em sua extensa revisão é muito sentida. Sem a concretude dessas análises, a categoria do 1% é uma abstração nominal pouco útil para explicar as relações sociais de dominação.

Assim, falta ainda conceber determinados conceitos que possam levar o leitor a auferir o 1% em sua especificidade e entender o motivo de a democracia se dobrar a seus interesses. Na medida em que a análise dos *top incomes* se torna fundamental para a agenda da sociologia, é necessário avançar com teorias e análises que focam em quem de fato são os mais ricos e como se pode reclamar a democracia contra sua apropriação.